

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

violência, incluindo o genocídio e epistemicídio. Um conceito relacionado – imperialismo – refere-se aos mecanismos pelos quais uma potência exerce poder sobre outra, seja pela imposição da soberania, pelo povoamento ou ainda através de mecanismos indiretos de controle.

A moderna colonização é incompreensível sem referência ao capitalismo que dinamizou o sistema colonial; esta relação marca o âmbito da colonização (global), e a profundidade do seu impacto. Uma análise das estratégias políticas de dominação leva à identificação de colônias de administração direta, onde a governação (forças de defesa e segurança e da administração) estava nas mãos de agentes estrangeiros, e de administração indireta, efetuada através do recurso a agentes indígenas. O neocolonialismo pode ser visto como uma expressão de administração indireta, quando a economia e as políticas sociais estão sob controle de forças estrangeiras.

O colonialismo, como projeto político, perseguiu um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, através da violenta usurpação do seu direito à autodeterminação. Quer em situações de colonização direta, quer de neocolonialismo, assiste-se à negação da humanidade do Sul global. A fratura instituída pela diferença colonial é reflexo da construção epistémica hegemónica, que desqualifica e exclui outros saberes, porque constituídos fora do cânone da moderna racionalidade científica.

O fim do colonialismo enquanto relação política não correspondeu ao seu termo enquanto relação económica, mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. As correntes teóricas e críticas que têm vindo a desafiar a hegemonia das formas de conhecimento e de representação próprias do projeto colonial inscrevem-se no quadro do pós-colonialismo, uma gramática política que procura refletir sobre os processos de descolonização e as suas consequências. Este questionar deve ser visto como uma possibilidade contingente de mudança em direções que não reproduzem modos de subordinação cultural, política e económica.

Maria Paula Meneses

Comércio Justo

Falar de comércio justo significa reconhecer que pode haver um comércio injusto. O mais importante deste conceito é o pressuposto categórico de que comerciar pode ser uma relação equitativa, ao alcance de todas as pessoas e sem provocar dano.

O comércio justo tem sido ao longo das últimas cinco décadas um projeto de transformação ética das relações comerciais entre produtoras/es e consumidoras/es de todo o mundo. O “comércio justo” é tanto um conceito como uma rede internacional de organizações cidadãs que procura aproximar produtoras/es e consumidoras/es, de modo a reduzir drasticamente o fosso entre o valor pago na produção e o preço final ao consumidor. O comércio justo é uma abordagem mais global das relações de troca, introduzindo nelas uma ideia vital: desmercadorizar. Isto quer dizer que o comércio só pode ser justo se não se puder comprar e vender tudo e qualquer coisa; se não houver preço para os valores que garantem qualidade, felicidade e bem viver para todas e todos.

O comércio justo implica, assim, que as relações comerciais, quaisquer que elas sejam, devam cumprir os seguintes requisitos de justiça cosmopolita: 1) pagamento de salário igual para trabalho igual; 2) não financiamento de tráficos – armas, pessoas ou drogas; 3) recusa do trabalho infantil; 4) uso de energias limpas e renováveis; 5) utilização ecológica de todos os recursos naturais; 6) manutenção de uma relação comercial leal e estável entre as/os produtoras/es e vendedoras/es; 7) prática da democracia participativa no seio das organizações da rede; 8) elaboração de investigação de apoio à inovação, melhoria da qualidade e certificação internacional de produtos, bens e serviços; 9) promoção da produção local e dos circuitos comerciais de proximidade como constituintes críticos da sustentabilidade social e económica global; 10) investimento constante em alternativas concretas e realizáveis como modo de superação do capitalismo e de todas as injustiças por ele causadas.

Teresa Cunha

Comércio livre

É uma peça da ideologia da globalização económica, segundo a qual a remoção das barreiras à circulação de bens e de serviços entre os países promove a afetação eficiente de recursos. Segundo os apologistas do comércio livre, os Estados devem abster-se de políticas ditas protecionistas e celebrar acordos internacionais tendentes à abertura dos seus mercados. Apesar destes tratados de comércio, na realidade, os governos das principais potências continuam a fazer o que sempre fizeram e o que sempre proibiram aos países menos poderosos: criam, através de apoios públicos e de barreiras